

IMAGENS DA REMANESCÊNCIA: PRESENÇA MISSIONEIRA EM ESPAÇOS TRANSFRONTEIRIÇOS NOS SÉCULOS XIX.

Jacqueline Ahlert¹

Resumo

A partir da segunda metade do século XVIII, o abandono dos índios aos povoados missioneiros orientais do rio Uruguai foi gradativo e constante. Problematizando a versão de uma massiva volta às selvas, bem como a ideia estanque da segmentação por grupos étnicos durante o período colonial, este artigo trata da presença indígena e da remanescência de práticas escultóricas, artístico-culturais e religiosas perpetradas nas Missões Jesuíticas em alguns espaços urbanos e rurais entre as fronteiras da América Meridional, evidenciando a presença missioneira na formação social híbrida da região.

Durante o período concernente a administração jesuítica, os povos localizados na Banda Oriental do rio Uruguai – denominados posteriormente como “Sete Povos das Missões” – contavam com uma população próxima a trinta mil habitantes, quando as primeiras incursões bélicas, ocasionadas pelo Tratado de Madri, insinuaram-se na região.

No entremeio das resistências ao tratado, do comprimento de algumas ordens e das ações demarcatórias, grupos de missioneiros foram conduzidos pelos espanhóis para a margem direita do rio Uruguai (Argentina e Paraguai). Desses, muitos empreenderam retorno aos Sete Povos, com a anulação do Tratado de Madri pelo Convênio de El Pardo, em 1761.² Pela ação dos portugueses, de quatrocentas a setecentas famílias,³ sob o mando de Gomes Freire de Andrada (1756/57), foram encaminhadas para a constituição de povoados em Nossa Senhora da Conceição do Estreito (Estreito), São Nicolau do Rio Pardo (na atual periferia da cidade de Rio Pardo), Guarda Velha de Viamão (Viamão), Nossa Senhora dos

¹ Doutora em História Ibero-Americana pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora da Universidade de Passo Fundo, coordenadora da especialização em Arte Visuais: fotografia, vídeo e outras tecnologias da Universidade de Passo Fundo; pesquisadora do Programa de Pesquisas Interdisciplinares da Região Platina Oriental e pesquisadora-responsável pelo inventário do acervo de estatúria missioneira, do Núcleo de Documentação Histórica do Programa de Pós-Graduação (Doutorado e Mestrado) em História - PPGH-UPF. Email: ahlert@upf.br

² Em doze de fevereiro de 1761, o Convênio de El Pardo anulou o Tratado de Madri, em função da Guerra Guaranítica e atritos entre as comissões demarcadoras portuguesas e espanholas.

³ Segundo a variação das estimativas presentes na documentação. Ver: GOLIN, Tau. *A guerra guaranítica: como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: EDIUPF; Porto Alegre: UFRGS, 1999.



Anjos (Gravataí), São Nicolau do Jacuí (Cachoeira do Sul) e Fazenda Real (Mostardas, entre São Simão e Palmares), todos no Rio Grande do Sul.⁴

A Guerra Guaranítica enfraqueceu as bases da estrutura jesuítica e, conseqüentemente, de toda conjuntura missioneira. Contudo, a ofensiva final foi a expulsão da ordem da América espanhola, em 1768/9.

Gradativamente, a composição dos *pueblos* converteu-se num cenário quase desabitado e fantasmagórico. Nas últimas décadas do século XVIII, grande número de índios “andavam fugitivos de seus povoados, dispersos na mesma província, e fora dela, nas jurisdições do Paraguai, Corrientes, Santa Fé, Buenos Aires, Montevideú, Arroyo de la China, Gualeguay e outras partes”, temporariamente escondidos nas chácaras de seus parentes ou “passando de um povoado a outros”.⁵

Medidas verticais e distantes da historicidade construída na experiência comunitária potencializaram os inconvenientes dos anos sucessivos à saída dos inicianos. O general da Real Armada Espanhola, Diego de Alvear – comissário da segunda partida demarcadora de limites do Tratado de Santo Ildefonso, entre 1783 e 1801 –, relatou que a imperícia dos novos administradores e curas e suas contínuas desavenças, puseram os povos à beira da ruína: “Sustou-se totalmente a agricultura, descuidaram-se das chácaras e das estâncias e, esvaindo-se o gado destas, cessou o trabalho da comunidade, se perderam os móveis e as alfaias das igrejas” e, completando o quadro da decadência, “desatendidos os índios e a educação dos jovens, ausentou-se a metade deles nos montes a buscar o que comer, adotando seu antigo modo de vida, deixando muitas doutrinas quase desertas”.⁶

Ao findar do Setecentos, as comunidades estavam

repletas de dívidas, os ofícios em boa parte desaparecidos, os índios famintos, nus e doentes. E para tornar o quadro ainda mais lamentável, uma nuvem de funcionários que faziam oportunistas protestos de amor ao rei, aos “pobres naturais” postos sob seu amparo, enquanto violavam as recomendações de um e arruinavam aos outros.⁷

⁴ Em 1757 Gomes Freire ordena a fragmentação do contingente indígena da aldeia de São Nicolau do Rio Pardo, formando os aldeamentos de São Nicolau do Jacuí, e o da Aldeia dos Anjos. AHRGS - ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Os índios D'Aldeia dos Anjos: Gravataí século XVIII*. Coordenação Rovílio Rosa e Nilo Salvagni. Porto Alegre: EST, 1990.

⁵ DOBLAS, Gonzalo de. *Memoria histórica, geográfica, política y económica sobre la provincia de Misiones de indios guaranis*. Buenos Aires: Imprenta del estado, [1785] 1836, p. 5 e 35.

⁶ ALVEAR, Diego de. *Relación geográfica e histórica de la provincia de Misiones*. Buenos Aires: Imprenta del Estado, [1791] 1836 (Coleção de Angelis), p. 93.

⁷ *Ibidem*, p. 72.



A ininterrupta decadência inaugurada em 1750, com gestões corruptas e roubos de terras e bens móveis missioneiros, teve continuidade após a invasão luso-brasileira de 1801. As guerras resultaram em grandes migrações, uma vez que muitas famílias acompanhavam os índios arregimentados pelos exércitos hispano-platino e luso-brasileiro, realidade que prosseguiu posteriormente, nas conjunturas do Reino Unido e dos países independentes, no contexto da guerra contra Artigas (1816-1820) e da Guerra da Cisplatina (1825-1828). Nesta, Fructuoso Rivera, na ocupação das Missões rio-grandenses, conseguiu arregimentação transcendental.⁸

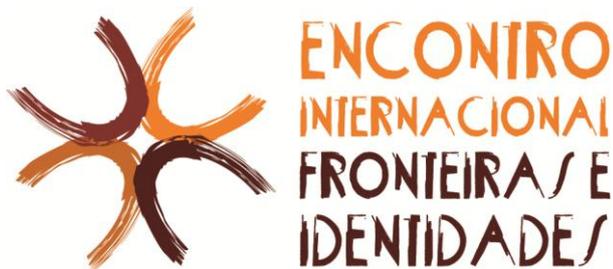
No contexto da construção dos Estados americanos, o rompimento da ordem colonial colocou a população das antigas doutrinas no cerne do pandemônio. Sobre a região, estenderam-se as disputas e alianças entre projetos de soberania diversos e conflitantes. A Guerra da Cisplatina, entre as províncias Unidas do Prata e o Império Brasileiro, teve no território da população missioneira, protagonistas de primeira linha e trouxe consequências decisivas para o destino dos indígenas.

Fosse por meio das ações portuguesas, espanholas, artiguistas ou promovidas por Rivera, no decorrer de mais de um século de manipulações arbitrárias, os indígenas missioneiros terminaram por ser abandonados, integrando-se subservientemente a sociedade dos países que incorporaram seus antigos territórios. Constituindo rancherios nos entornos das antigas Missões, empregando-se em estâncias, incorporando-se, ou retomando o modo de vida como grupos tradicionais étnicos.

Entre povoados e rancherios fronteiriços

Rancherío foi o termo que designou os inúmeros conglomerados de indivíduos remanescentes das doutrinas jesuítas, moradores de “choças” de madeira ou torrão e palha,

⁸ Além das intervenções bélicas, prosseguia a administração corrupta dos bens missioneiros. A partir de 1816, cabildos e administradores luso-brasileiros concederam ou venderam a preços irrisórios, terras missioneiras e terrenos não designados, visando que militares, tropeiros e criadores, chegados de São Paulo, Curitiba, Lages e Laguna, organizassem fazendas criatórias nas antigas estâncias guaranícas. O processo de privatização das terras das estâncias missioneiras pode ser resumido assim: em primeiro lugar, os particulares arriavam o gado existente; depois, pediam permissão para se estabelecer nas terras “devolutas” das próprias estâncias, povoando-as, provavelmente, com o gado missioneiro ou com o gado arriado na Banda Oriental; por último, pediam as estâncias por sesmarias, podendo mesmo negociá-las com outros proprietários de gado. Cf. CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul: período colonial*. Porto Alegre: Globo, 1970 e MENZ, Maximiliano. *A integração do guarani missioneiro na sociedade sul-rio-grandense*. Disponível em: http://www1.capes.gov.br/teses/pt/2001_mest_unisinos_maximiliano_menz.PDF.



“tão pequenas que abrigam cinco ou seis pessoas”, cuja única abertura era a porta e o único mobiliário “um banquinho ou jirau”. Na região sudoeste do Rio Grande do Sul, a estância que pertencia ao alferes Antônio Bernardino Silva, comandante da “Guarda de Santana”, compunha-se de “miseráveis choupanas, habitadas por famílias indígenas recentemente chegadas da aldeia de Yapeju”.⁹

Estes indivíduos, apesar da lembrança vaga que faziam dos loyolistas, “não perderam todos os hábitos que lhes transmitiram os padres da Companhia de Jesus”. Saint-Hilaire, quando lá esteve, notou que “os pais continuam a ensinar os filhos a rezar, na língua vulgar, e diariamente têm o cuidado de fazê-los recitar as preces”. Os jovens – destituídos de referências étnicas e, em parte, históricas –, já haviam perdido o interesse na agricultura e sabiam “apenas montar a cavalo”. Os mais velhos não estranham os trabalhos de cultivo, havendo alguns que tinham “plantações de trigo, centeio e milho”.¹⁰

Em toda a primeira metade do século XIX, a morte de muitos homens nas guerras havia forçado as mulheres e crianças a encontrar soluções alternativas, como refugiar-se junto aos portugueses, sobretudo durante a guerra contra Artigas, instalarem-se em aldeamentos, empregarem-se sazonalmente em serviços domésticos, entre outros. Em 1820, nas imediações de Entre-Rios – território margeado ao norte pelo rio Ibicuí e, ao sul, pelo Quaraí –, os índios que ficaram em Belém (URY), “alugam-se como peões na vizinhança; alguns meninos prestam serviços aos oficiais; ou mesmo aos soldados do acampamento e as mulheres prostituem-se”. Além das habitações paupérrimas, “nenhum desses índios possui coisa alguma. Contudo, os homens estão razoavelmente vestidos, as mulheres ainda melhores, mas as crianças, em geral, cobertas de trapos ou quase nuas”.¹¹

Em 1828, deu-se outro grande deslocamento, dessa vez promovido por Fructuoso Rivera, quando muitos grupos de missionários foram levados ao território uruguaio e instalados em Bella Unión, San Pedro de Durazno e Montevideo.

Testemunha ocular, o general Pueyrredón escreveu: “Cada redução ou tribo marchava como em procissão, presidida dos anciãos que levavam os santos principais”. Além disso, “o

⁹ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820-1821*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002, p. 305.

¹⁰ *Ibidem*, 306.

¹¹ *Ibidem*, p 276.

povo conduzia multidões de santitos”. Na dianteira dos grupos iam os músicos, “cada tribo tinha o seu conjunto de violinistas”.¹²

A descrição confirma o que já haviam observado o padre José Cardiel e o viajante Saint-Hilaire: a música e as imagens eram os elementos de identificação e diferenciação do *éthos* missioneiro.¹³

Mais do que “recitar em voz alta orações em guarani” e “entoar cânticos, igualmente, em língua vulgar”,¹⁴ entre aqueles indígenas havia remanescido o culto às imagens. O acervo do *Museo Sin Fronteras*, situado em Rivera – cidade nos limites entre o Brasil e o Uruguai –, é alusivo ao processo histórico desdobrado naquelas paragens. A localização do museu é remissiva ao sentido que possui, pois fortalece a historicidade do lugar, potencializa os atributos e características presentes nas imagens, que servem como referência aos indivíduos que por ali transitaram e acabaram por se miscigenar cultural e biologicamente, compondo a identidade social daquelas extensões fronteiriças.



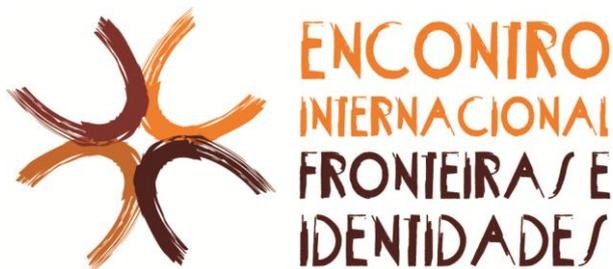
Fig.1: Fragmento do acervo de estatuária missioneira do *Museo Sin Fronteras*, de propriedade de Antonio Boero, localizado na cidade de Rivera, no Uruguai.

Fig.2: Imagem pertencente ao acervo. Nossa Senhora da Conceição, 21,8 cm x 11, 8 cm.
Fotografias: Jacqueline Ahlert

¹² PUEYRREDÓN em FAVRE, Oscar Padrón. Participación de la población de Santo Ángel en el éxodo misionero al Estado Oriental. In: PIPPI, Gladis; MULLER, Nelci (orgs.). *300 Anos da Redução Jesuítica de Santo Ângelo Custódio*. Santo Ângelo: Ediuri, 2007, p. 142.

¹³ Sobre a remanescência de práticas religiosas e culto às imagens em São Borja de Yi, localidade extinta, nas proximidades da cidade de Durazno/URY, ver: AHLERT, Jacqueline. A estatuária missioneira: entre o valor religioso e o patrimonial. In: ZANOTTO, Gizele; MACHADO, Ironita (orgs.). *Momento Patrimônio*. Vol. II. Passo Fundo: Aldeia Sul, 2013 e FAVRE, Oscar Padrón. *Ocaso de un pueblo indio: historia del éxodo guaraní-misionero al Uruguay*. Durazno: Tierra a Dentro, 2009.

¹⁴ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820-1821*, op. cit., p. 277.



O proprietário do acervo, Antonio Maria Boero, coletou inúmeras imagens entre as famílias residentes naquele limite que, embora preciso geograficamente, como todas as fronteiras, é humanamente flexível.

Quando, em 1903, o jornalista José Virgínio Diaz percorreu o interior do Uruguai, denunciou que o comércio (lícito e ilícito) era tão acentuado na fronteira, que “pode afirmar-se, com toda veracidade, que o Brasil entra no Uruguai, ao largo de toda a fronteira uns 70 a 80 quilômetros”.¹⁵

Além dos contrabandos, Diaz registrou a vivência nos rancherios, compostos de mestiços, indígenas e afrodescendentes. No Passo de Polanco – próximo a Sarandi del Yí, departamento de Durazno/URY –, visitou o ranchario de “Las Ratas”, nada mais que “um amontoamento da desolação”, na impressão do jornalista. Não era a primeira vez que adentrava naqueles domínios. Com a anciã Ña Carancho, transparece certa intimidade no trato. Ao chegar à porta do seu rancho, saudou a senhora dizendo: “Buenos días, abuelita!”. Ao que ela, prontamente, respondeu: “que Dios lo haga un santito!”¹⁶ A expressão, é certo, tinha sentido de proteção, compleição, amparo, algo similar a “que Deus te acompanhe”.

Contemplando o interior do dito rancho, o visitante viu na cabeceira da cama um pequeno altar. No seu centro aparecia um “Coração de Jesus”, rodeado de várias outras estampas religiosas, cuja volta estava adornada com flores de papel e, ao pé, alguns ramalhetes de flores naturais, recolhidas nas “suas andanças pelos montes”; dois candelabros com velas completavam o conjunto. As “milagrosas estampitas” haviam sido distribuídas pelo “padre Monfiéu”. Em todos os ranchos, covas e taperas que visitou, encontrou colocado num lugar preferencial, a estampa do “Coração de Jesus”.¹⁷

O ranchario era formado por um conjunto de habitações rústicas de barro e totora,¹⁸ que se levantavam com folga, pois cada um possuía uma propriedade, com espaço para ter um cavalo, uma pequena horta ou jardim, separadas por cercas de cina-cina. Diaz acentuou a

¹⁵ DIAZ, José Virgínio. *Viaje por la campaña oriental* (1903). Situación del país antes de la revolución. Recopilación de textos e introducción: Oscar Padrón Favre. Montevideo: El Galeón – Tierradentro, 2005, p. 153.

¹⁶ *Ibidem*, p. 59.

¹⁷ *Ibidem*, p. 64.

¹⁸ Totora é uma planta herbácea aquática, similar ao junco, comum em regiões de pântanos da América do Sul.



existência de magos crioulos que, com suas ervas milagrosas, constituíam uma farmácia ao ar livre e gratuita, proscrevendo a função do “contrariado” boticário do *pueblo*.¹⁹

Grande parte dos tipos humanos que formariam os rancherios já havia passado pelas práticas ilegítimas perpetradas nos campos neutrais.²⁰ Estes imensos espaços eram os territórios dos gaudérios. Metaforicamente, aqueles que não pertenciam a nenhuma das coroas ibéricas, e que, por isso, transitavam entre elas, no entre-lugar dos domínios coloniais, incorporando a condição de típicos fronteiriços, seres antinômicos quanto à naturalidade e o pertencimento. Sociologicamente, está entre os primeiros fenômenos significativos de ocupação da terra por “marginais”, nominados integrantes de um grupo social, procurados ou não por crimes. A sua concentração na faixa fronteira também facilitou a repressão e extermínio pelo policiamento ibérico. Os missioneiros que haviam se unido ao esquema foram fragmentados em grupos que integraram – alguns novamente – os exércitos espanhol e luso-brasileiro e outros que, por constituírem famílias, empregaram-se no serviço doméstico de casas particulares nas cidades próximas a estas zonas, mesclando-se paulatinamente ao restante da população. Pouquíssimos foram os que voltaram aos seus povoados de origem.

Considerações finais

A ambivalência da fronteira esteve com os missioneiros desde a introdução das primeiras doutrinas religiosas. Seus territórios foram, via de regra, o cenário onde Portugal e Espanha disputaram poderes e hegemonia durante séculos. Posteriormente, os Estados Nacionais concorreram por terras e pessoas. A esses embates, podem-se somar dilemas distintos, como as diferenças que os separavam dos cristãos ocidentais; os processos onde se

¹⁹ DIAZ, José Virginio. *Viaje por la campaña oriental*, op. cit., p. 64.

²⁰ Conforme Tau Golin: “Em princípio, no fenômeno desencadeado pelo Tratado de Santo Ildefonso, os territórios banhados pelo Jacuí pertenciam a Portugal; os pelo Uruguai, à Espanha. A diplomacia europeia concebera aquele curioso tratado de limites, interpondo os campos neutrais para a suposta intocabilidade de seus súditos. Um artifício condenado ao fracasso, pois pretendia retirar burocraticamente da fronteira a sua condição de encontro e fricção. No futuro, as comissões demarcatórias não se acertariam sobre a definição de diversos pontos da faixa neutral. Concretamente, precisavam estabelecer duas linhas paralelas. As suas imprecisões carregavam as causas de outra guerra no futuro. Os campos neutrais se transformaram na plataforma para Portugal estender seus domínios para o sul e para o oeste; expandindo-se para o ocidente, conquistou as Missões em 1801. Pelas armas, ao sul e ao oeste, estabeleceu a linha fronteira pelos arroios Chuí e San Miguel, Lagoa Mirim, rios Jaguarão, Santa Maria, Ibicuí e Uruguai.” GOLIN, Tau. *1776: História da brava gente e miseráveis tropas de mar e terra que conquistaram o Brasil meridional*. No prelo, 2014.



hierarquizou a disparidade para afirmar a superioridade;²¹ a imposição de dogmas e preceitos religiosos exógenos, transformações culturais, graduais e constantes, que provocaram uma adequação histórica originada nas próprias condições que os contextos exigiram. O entre-lugar foi o ambiente dos missioneiros, o espaço culturalmente híbrido na situação de fronteira humana.

Junto a subtração dos bens indígenas, houve a utilização ressignificada e a destruição da materialidade arquitetônica, acompanhada por outro processo, não menos radical: a erradicação cultural e simbólica do indígena.

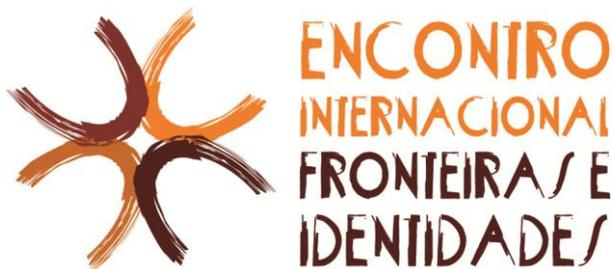
Foi no contexto de (in)adequação, entre a perda da referência jesuítica, estrutural missioneira e a falta de confiança e expectativa, que se firmaram alguns dos estereótipos que caem sobre os indígenas até os dias atuais: alcoolismo, promiscuidade, displicência, banditismo. Esses “vícios foram os argumentos encontrados pelos seus principais provocadores, os portugueses e espanhóis, para justificar o porquê de uma suposta inutilidade e insignificância daquela gente”.²² Suas saídas seriam a mestiçagem, a sujeição humilde ou o extermínio.

No entanto, o gentílico missioneiro está, em vários aspectos, representado em uma permanência sustentada na historicidade da população e na remanescência da cultura material vinculada a territorialidade e sustentação dos acervos.

A documentação primária – constituída de relatórios, correspondências, diários de viagens, entre outros –, interpretada e problematizada pelos estudos historiográficos contemporâneos, indica que a invasão das Missões, em 1801, desencadeou um impressionante fenômeno de guaranização da população sul-rio-grandense. O movimento de miscigenação, de longa duração histórica, entre guaranis, charruas, minuanos e kaingangs torna ainda mais

²¹ Em seu livro *A heresia dos índios*, Ronaldo Vainfas sugere que Michel de Certeau, originalmente, viu nas representações europeias do Novo Mundo o esboço de um saber etnológico, a investigação que reconheceu o Outro cultural: “Certeau denominou essa proto-etnologia quinhentista de heterologia, limiar de um saber e de um olhar antropológico na cultura europeia, ciente das dificuldades com que se depara o historiador contemporâneo para extrair dos escritos europeus a informação histórico-etnográfica desejada”. In: VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.24.

²² CAMARGO, Fernando. *O Malón de 1801: a Guerra das Laranjas e suas implicações na América meridional*. Passo Fundo: Clio, 2001, p.187.



complexo o processo, podendo-se denominá-lo como “indianização”, constituindo modos de vida influenciados étnica ou culturalmente.²³

Somam-se a esse fenômeno a miscigenação através dos casamentos e amasiamentos com mulheres indígenas, bem como as relações descomprometidas que resultaram em gravidezes de índias solteiras, o rapto e adoção de crianças, incorporadas às famílias como serviçais, agregados etc.

Todo este quadro sociológico tem grande representatividade no amálgama das práticas religiosas perpetradas nos rancherios e, contemporaneamente, em espaços periféricos de inúmeros núcleos rurais e citadinos na América Meridional, a exemplo das imagens missionárias de Jesus Menino e de Nossa Senhora da Conceição, veneradas no “Centro Espírita de Umbanda Pai Oxalá”, em São Borja, no Rio Grande do Sul.

Referências bibliográficas

ARQUIVO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE. Relatório do vice-presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Patrício Correa da Câmara, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, 01 de outubro de 1857.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Os índios D’Aldeia dos Anjos: Gravataí século XVIII*. Coordenação Rovílio Rosa e Nilo Salvagni. Porto Alegre: EST, 1990.

ALVEAR, Diego de. *Relación geográfica e histórica de la provincia de Misiones*. Buenos Aires: Imprenta del Estado, [1791] 1836 (Coleção de Angelis).

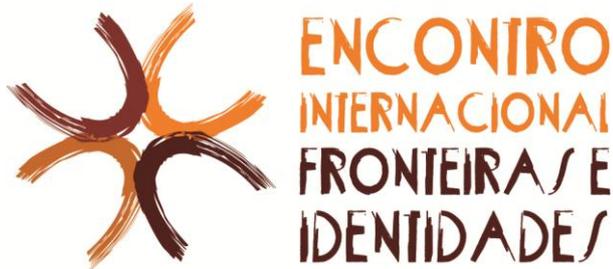
BESCHOREN, Maximiliano. *Impressões de viagem na Província do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.

CAMARGO, Fernando. *O Malón de 1801: a Guerra das Laranjas e suas implicações na América meridional*. Passo Fundo: Clio, 2001.

CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul: período colonial*. Porto Alegre: Globo, 1970.

DIAZ, José Virginio. *Viaje por la campaña oriental (1903)*. Situación del país antes de la revolución. Recopilación de textos e introducción: Oscar Padrón Favre. Montevideo: El Galeón – Tierradentro, 2005.

²³ Cf. GOLIN, Tau. A guaranização e a identidade missionária. In: COLVERO, Ronaldo B.; MAURER, Rodrigo F. (orgs.). *Missões em Mosaico: Da Interpretação à Prática: um conjunto de experiências*. Porto Alegre: Faith, 2011.



DOBLAS, Gonzalo de. *Memoria histórica, geográfica, política y económica sobre la provincia de Misiones de indios guaranis*. Buenos Aires: Imprenta del estado, [1785] 1836.

FAVRE, Oscar Padrón. *Ocaso de un pueblo indio: historia del éxodo guaraní-misionero al Uruguay*. Durazno: Tierra a Dentro, 2009.

GOLIN, Tau. *1776: História da brava gente e miseráveis tropas de mar e terra que conquistaram o Brasil meridional*. No prelo, 2014.

_____. *A guerra guaranítica: como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: EDIUPF; Porto Alegre: UFRGS, 1999.

_____. *A guaranização e a identidade missionera*. In: COLVERO, Ronaldo B.; MAURER, Rodrigo F. (orgs.). *Missões em Mosaico: Da Interpretação à Prática: um conjunto de experiências*. Porto Alegre: Faith, 2011.

PEYRET, Alejo. *Cartas sobre Misiones*. Buenos Aires: Imprensa de la Tribuna Nacional, 1881.

RUBERT, Arlindo. *História da igreja no Rio Grande do Sul: época colonial (1626-1822)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820-1821*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.